

## Primeiros estudos sobre o processo de valorização do capital

Diego Marques Pereira dos Anjos

Pretende-se com o presente texto apresentar nossas primeiras leituras sobre o processo de valorização do capital. Condicionado pela atual etapa de minha formação, apresento os resultados dos primeiros estudos sobre a obra fundamental de Karl Marx, O Capital, sendo que nesse momento priorizamos descobrir como ocorre o processo de valorização do capital, daí que aqui será desconsiderado importantes fenômenos correspondentes à relação social de valorização do capital, tais como o estado e outras instituições reguladoras das relações sociais, alienação e fetichismo, etc. Estamos procurando descobrir o porquê que a relação social capitalista se fundamenta na exploração e opressão, assim, apresentamos aqui o caminho que vamos trilhar nessa descoberta.

A principal contribuição de Marx é a de nos responder no que consiste o capitalismo, sua especificidade histórica, o motivo de ser assim chamada, e não sociedade trabalhista, por exemplo. O que define o capitalismo? Nos escritos de Marx está claro que o processo de produção capitalista é inseparável do processo de acumulação capitalista, o que quer dizer que a organização das relações sociais de produção gira em torno da aquisição de algo a mais de que o capitalista não dispõe, mas de que necessita sua conversão em taxa de lucro para efetivamente colocar em prática o movimento de produção.

Por sua vez esta relação social voltada para a acumulação de capital significa também a produção de uma diversidade de contradições que têm fundamento no próprio processo produtivo e no produto desse processo enquanto as mercadorias por elas mesmas, nem por seu valor de uso nem por seu consumo pessoal, não são o objetivo mas o que dela se pode extrair, um mais-valor, o que gera a situação em que a produção pode ser levada ao infinito, sem mais considerações a não ser o lucro crescente e contínuo que constitui a “lei básica do modo de produção capitalista. Diferindo de outros tipos históricos de explorador, com essa finalidade o capitalista não se utiliza exclusiva ou principalmente do fruto de sua exploração para o luxo pessoal; usa-o cada vez mais para aumentar a própria exploração” (LOUXEMBOURG, 1988, p. 104).

Marx começa sua exposição com a mercadoria, pois no capitalismo a riqueza

aparece como uma imensa coleção de mercadorias e a sua forma mais elementar, mas logo Marx descobre todas as determinações que atuam em sua constituição (valor de uso, valor de troca, alienação, fetichismo, etc.) e define o valor da mercadoria através do *quantum* de trabalho socialmente necessário para ser produzida (MARX, 1996, p. 169); na análise do processo produtivo da mercadoria a situa no intermédio entre a soma de dinheiro inicial e uma soma de valor maior ao se realizar a venda da mercadoria num mercado consumidor. Tal como antes apontamos a mercadoria não é o objetivo em si, está excluída do ponto de partida e de chegada do processo de acumulação capitalista. A mercadoria somente pode ser a forma mais elementar na sociedade capitalista na medida em que contém propriedades maiores do que aparenta ter, por um lado, na produção capitalista gera-se uma soma de mais-valor, que por sua vez se realiza no processo de circulação do capital (MARX, 1983, p. 33). A relação social fundamental que a mercadoria esconde, para Marx, é a própria relação social fundamental da sociedade capitalista, a divisão entre capitalista e trabalhadores, entre o proprietário das condições de trabalho e o trabalhador como mero possuidor de força de trabalho, condição outra fundamental das condições de trabalho, isto é, a posse dos meios de produção determina o único sujeito ativo da produção capitalista. Ao iniciar e findar o processo de produção de mercadorias todas as suas partes, produtores e produtos, são igualadas sob o domínio capitalista: “É exatamente a posse desses meios de produção pelos não-trabalhadores que transforma os trabalhadores em assalariados e os não-trabalhadores em capitalistas” (MARX, 1983, p. 33).

Na sociedade capitalista, a mercadoria é o produto palpável do processo de trabalho, o resultado da mediação dos homens entre si e destes com a natureza. O processo de trabalho na sociedade capitalista requer o adiantamento das condições de trabalho, que é comandada pelo capitalista em posse de determinado capital global adiantado, reunindo meios de produção, materiais de trabalho, matérias primas, instalações, etc. (capital constante) mais a posse por um determinado tempo de uma massa de força de trabalho (capital variável). Essas duas partes constituem o valor da mercadoria, e embora só atuem em relação uma com a outra, são de natureza diversa e expressam potencialidades diversas. Enquanto a mera posse dos meios de produção não garante o poder absoluto dos capitalistas, a libertação e socialização desses meios de produção da vida expressa a superação do novo elemento que o capitalista se apropria na produção da mercadoria, o mais-valor.

O processo de produção é algo concreto, mas se abstraímos seus momentos e partes constituintes chegamos ao valor da mercadoria: a soma do capital constante com o capital variável (capital social global) acrescido de uma porção de mais-valor. Uma parte da mercadoria trata-se tão somente de reposição de valor, dos gastos na produção, portanto, de preço de custo; enquanto a outra parte da mercadoria constitui-se como um novo valor, isto resulta da dupla condição da força de trabalho, que submetida à forma mercadoria é disposta pelos capitalistas como parte do adiantamento do capital, contando como valor gasto, mas que no processo de produção em funcionamento concreto entra “a própria força de trabalho viva, formadora de valor” (MARX, 1983, p. 25).

Isto significa que por um lado o agrupamento das diferentes partes de valor da mercadoria que só repõe o valor de capital despendido expresse o caráter específico da produção capitalista; mas que por outro lado, o capital despendido “nada tem a ver com a constituição de valor da mercadoria ou com o processo de valorização”. O capitalismo se apoia numa força cujo poder lhe é centenas de vezes maior, ao passo que a produção capitalista de mercadorias produz também a falsa aparência dos preços de custos como uma categoria da própria produção de valor, “o custo capitalista com a mercadoria mede-se no dispêndio em capital, o verdadeiro custo da mercadoria no dispêndio em trabalho” (MARX, 1983, p. 24).

Assim, esclarecemos as duas grandes partes que constituem o valor da mercadoria, o capital constante, que apenas repassa valor ao produto (o que leva ao valor-produto aumentar ou diminuir de acordo com a grandeza absoluta do valor capital) e o capital variável, expresso em força de trabalho, que não repassa seu valor ao produto, ao contrário faz surgir no produto um novo valor criado pelo trabalho (Ibidem, p. 25), e que na totalidade do processo de produção da mercadoria faz com que o processo de trabalho seja ao mesmo tempo processo de valorização:

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 1996, p. 314).

O mais-valor extraído do processo de trabalho, portanto, do processo de valorização, é resumidamente o resultado da apropriação do tempo de trabalho excedente não-pago pelo capitalista, a disposição de ter algo que não possui mas que

mobiliza e põe a seu favor, assim custa ao trabalhador tanto trabalhar para si, obtendo determinado valor do capital (variável) pela sua força de trabalho, o salário, quanto trabalhar para o capitalista ao alienar a “mercadoria como formador de valor. O lucro capitalista provém de que ele tem algo para vender que não pagou” (MARX, 1983, p. 34).

Neste processo de produção e valorização do trabalho produtor de mercadorias, surgem duas medidas diferentes: taxa de lucro medida em relação ao mais-valor sobre o capital global, e a taxa de mais-valia medida somente em relação com a parte do capital variável adiantado.

Porque ocorre esta diferenciação? Como dissemos, o capital adiantado somente tem a capacidade de repassar seu valor aos produtos, a verdadeira valorização ocorre com o capital variável; contudo, mantendo-se a quantidade mobilizada de trabalhadores devido aos métodos da produção capitalista é processada e consumida uma massa sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria, matérias-primas e auxiliares, portanto, um volume de capital constante sempre crescente. Neste ponto chegamos no avesso do processo de acumulação, e portanto de valorização do capital, no seu verdadeiro caráter contraditório que é justamente quando as mesmas forças que produzem a grandeza do capital contribuem para a tendência declinante de queda da taxa de lucro. Antes de avançar resumiremos até onde chegamos.

O processo de acumulação capitalista é essencialmente um processo de valorização, excedente do trabalho não-pago, que supera, ao produzir mais-valor, a reposição dos valores da mercadorias dada pela sua parte em capital constante, ou seja, aquilo que o capitalista realmente gasta na produção; dado esse caráter das relações sociais de produção capitalistas a contradição fundamental encontra-se entre capitalistas e trabalhadores, disputando em torno do tempo de trabalho não-pago, de onde os capitalistas retiram, após a realização do capital, seu lucro, e os trabalhadores recebem sua cota do produto social, o salário. Apesar da aparência contrária, a sociedade capitalista se baseia na crescente divisão em duas principais e fundamentais classes com interesses opostos já desde as relações de produção: de um lado os capitalistas individuais, e do outro a massa de trabalhadores.

Vimos como o valor da mercadoria é dado pela soma de capital constante, capital variável e mais-valor, mas se abstraído o mais-valor, os outros elementos constituintes da mercadoria são mera reposição dos capitais adiantados. O desenvolvimento da força

produtiva social do trabalho significa que numa mesma quantidade de tempo e com a mesma quantidade mobilizada de força de trabalho é colocada em movimento uma quantidade maior de maquinaria e capital fixo (matérias-primas e auxiliares) resultando em um número crescente de produtos do trabalho, com menor valor, na medida em que se utilizam de menos trabalho num determinado período de tempo.

Decorre que o que seria o constante desenvolvimento da acumulação capitalista é também o desenvolvimento do movimento tendencial de limitação da acumulação de capitais: a cada nova rodada do processo de valorização entra uma soma menor de trabalho na produção das mercadorias ao tempo em que aumenta a parte gasta em meios de produção, matérias-primas, produzindo uma “composição orgânica crescentemente superior do capital global” (MARX, 1983, p. 164); como ocorre uma diminuição relativa da força de trabalho, decresce a massa de mais-valia em relação com o capital global, que por sua vez expressa a taxa de lucro, produz necessariamente a tendência progressiva, embora não absoluta, de queda da taxa geral de lucro.

Para Marx trata-se de uma “expressão peculiar” do desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho no modo de produção capitalista, em que a expansão concreta da produção de mercadorias produz a realidade crescente de afastamento do objetivo maior da produção capitalista, a valorização e acumulação de capitais; no cerne da acumulação capitalista, na sua forma de valorização, está a “necessidade óbvia” que a taxa média geral de mais-valia se expresse numa taxa geral de lucro em queda.

O desenvolvimento capitalista tem que contornar essa situação, e o próprio aumento da produtividade, com a qual o capitalista aumenta a massa de mais-valor, representa um decréscimo do lucro extraído com essa produtividade. Para manter a taxa de lucro da circulação anterior do capital se faz necessário o aumento do capital global em igual medida que a taxa decrescente de lucro, e para aumentar a acumulação precisa o capitalista adiantar porção ainda maior de capital global, e também de forma mais rápida que a taxa decrescente de lucro; o contínuo crescimento do capital constante, em relação ao decréscimo da parte de capital variável, com o qual por sua vez aumenta a produtividade e, por tanto, a massa de lucro, é também o desenvolvimento da tendência da queda progressiva da taxa de lucro, tomando as mercadorias individuais em relação com a produção global. A contradição está em que “ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos” (MARX, 1983, p. 171),

se expressando no aumento da massa de lucro, de tal forma que a queda da taxa de lucro é acompanhada de aumento na massa de lucro que se obtém com aumento relativo das massas de lucro contidas nas mercadorias e realizadas mediante a venda.

Em termos relativos e absoluto a taxa de mais-valia pode até aumentar, por exemplo, com a intensificação da exploração do trabalho ou com os novos meios de produção, mas como decresce o capital variável, portanto a massa absoluta de trabalho pago e não-pago, incluindo o aumento do trabalho não-pago relativamente ao pago, a taxa de lucro tem de necessariamente decair quando confrontado com o crescimento do capital global adiantado na produção; de qualquer forma a taxa de lucro vai decrescer, mesmo com a taxa de mais-valor elevada, porque na nova rotação do capital a parte não-paga do trabalho decresce em relação à soma global maior e porque na composição do capital a parte em que se expressa o trabalho recém-agregado cai em relação à parte do valor que se representa em matéria-prima, matérias auxiliares, depreciação do capital fixo:

Daí segue que, quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, uma quantidade cada vez maior de capital se torna necessária para empregar a mesma força de trabalho, e ainda maior para uma força de trabalho crescente (MARX, 1983, p. 171).

Toda essa organização das relações de produção só se põe em movimento enquanto relações de classe. Todos os conceitos utilizados (trabalho, mais-valor, capital, entre inúmeros outros) só têm validade enquanto expressam a ação de sujeitos históricos e concretos envolvidos na reprodução da sociedade capitalista. Tanto a lei da acumulação e valorização do capital e a tendência de queda da taxa de lucro que lhe segue são as expressões do domínio da classe capitalista, enquanto a ação sindical, greves, manifestações de rua, ocupações de fábricas e outros locais de produção expressam o início do desenvolvimento da ação dos trabalhadores e que ao mesmo tempo fortalece a tendência de queda da taxa de lucros, obrigando aos capitalistas colocarem em movimento novas estratégias de aumento da extração de mais-valor.

Todo esse movimento tende a sair das relações de produção e avançar para a esfera do estado onde é regulamentado os interesses da classe capitalista (VIANA, 2009). Devido aos limites desse trabalho não tocaremos nesse ponto. E avançamos para a questão de que na própria organização das relações de produção existem causas contrárias que explicam o não aprofundamento dessa tendência de queda, e sim sua lenta queda e ainda mais a capacidade de que tal descenso seja contornado.

Para Marx aqui o modo de produção capitalista se revela mais uma vez contraditório, e assim como as mesmas causas que determinam a lei tendencial de queda da taxa de lucro e ao mesmo tempo a crescente acumulação capitalista, também se descobre que são as “mesmas causas que acarretam a queda da taxa de lucro que provocam efeitos contrários, que inibem, retardam e em parte paralisam essa queda” (MARX, 1983, p. 181). Os efeitos contrários não anulam a lei, mas retarda e em parte paralisa a queda da taxa de lucro, isto porque as tendências contrárias também produzem efeitos contraditórios. As principais “influências contrariantes” ao aprofundamento da queda da taxa de lucro são expressas pela elevação do grau de exploração do trabalho; compressão dos salários abaixo do mínimo necessário para suprir as necessidades básicas da força de trabalho; barateamento dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, comércio exterior, e aumento do capital por ações (MARX, 1983, p. 177).

I) A elevação do grau de exploração do trabalho aumenta extração de mais-valia se realizada através do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho; embora a intensificação do trabalho deva ocorrer da forma que não aumente os gastos com o capital constante, o que é característico dessa forma de extração de mais-valor relativo através do aumento da produtividade quando o “trabalhador supervisiona maior volume de maquinaria” (MARX, 1983, p. 177), o que necessariamente leva a diminuição da massa de mais-valor extraída; e por outro lado, o prolongamento da jornada de trabalho que aumenta a massa de mais-trabalho apropriado sem modificar essencialmente a relação entre força de trabalho utilizada e capital constante posto em movimento, mas que por sua vez possui óbvios limites de uso da força de trabalho, embora a loucura da acumulação faça com que o tempo de trabalho se aproxime das 24 horas este não pode de forma alguma ultrapassar tal limite natural. Acrescente à elevação do grau de exploração o uso de trabalho feminino e de crianças (MARX, 1983, p. 178), para aumentar a soma global de salário da família, embora às custas do menos valor em salário dado a estes.

II) Compressão dos salários abaixo do seu valor é uma das causas mais significativas de contenção da queda da taxa de lucro (MARX, 1983, p. 179), e ao mesmo tempo a que mais desperta a reação da classe trabalhadora;

III) Em decorrência do desenvolvimento da força produtiva do trabalho os elementos que a compoortam diminuem de valor, o capital constante não cresce na mesma

medida que o seu volume material, não acompanha o aumento da quantidade dos meios de produção (MARX, 1983, p. 179);

IV) A superpopulação relativa derivada da grande quantidade e barateza dos assalariados disponíveis (MARX, 1983, p. 180);

V) Comércio exterior: atua principalmente ampliando a escala da produção, produz aceleração da acumulação e descenso do capital variável em relação ao constante, e com isso reduz a queda da taxa de lucro; assim reduz valor do capital constante e eleva a taxa de mais-valia; embora esteja na base desde o início do desenvolvimento capitalista, com o progresso da produção necessita de mercado sempre mais amplo para o crescente número de produtos (MARX, 1983, p. 180).

### Considerações finais

A realidade social que vivemos condiciona e limita o processo de formação individual enquanto objetiva esconder da sociedade as determinações que solidificam a dominação da classe capitalista. O estudo sobre o processo de valorização do capital surge como instrumento fundamental na atividade de descoberta e divulgação das formas de exploração de classe existentes. Sabemos que essa tarefa somente pode ser desenvolvida e aperfeiçoada de forma coletiva, tanto na apropriação das contribuições para a descoberta das formas de exploração quanto na descoberta e enfrentamento cotidiano das formas estabelecidas de dominação. A tarefa a que nos propomos exige esforço intelectual e luta social, de um lado, o combate às ideologias, e do outro a negação das instituições burocráticas, hierarquizadas e exploradoras que escravizam a humanidade.

### Referências Bibliográficas

LOUXEMBOURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anti-Crítica*. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Volume III. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

**Diego Marques Pereira dos Anjos**

Licenciado em História pela Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás, graduando em  
Ciências Sociais pela Universidade Federal de  
Goiás e mestrando em Ciências sociais pela  
Universidade Estadual de São Paulo, Campus de  
Marília.

E-mail: [no.pasaran@yahoo.com.br](mailto:no.pasaran@yahoo.com.br)